

CONCLUSÕES

Ao serem analisadas as informações sobre o Estado de Tocantins, constatam-se elevadas taxas de crescimento da população e da urbanização, ambas decorrentes da recente criação do Estado e da implantação de sua capital, Palmas.

Assim, a taxa de urbanização do Estado, que era de 40% em 1980, passou para 58% em 1991, atingindo 71% em 1996, mas ainda inferior à brasileira para o mesmo ano (78%).

Segundo dados de 1991 e de 1996, o crescimento populacional em Tocantins tem sido muito superior ao dos demais estados e ao do país. Neste período, nas duas mesorregiões do Estado, a Ocidental do Tocantins, onde está a maioria dos municípios e 68% da população, e a Oriental do Tocantins, onde se encontram a capital e os outros 32% da população, observam-se taxas de crescimento populacional bastante elevadas (1,73% e 4,95% ao ano, respectivamente). Já o Estado cresceu 2,63% ao ano e o país registrou taxa de 1,36% ao ano.

Destacam-se as elevadas taxas médias anuais de crescimento da população urbana entre 1980 e 1991 (5,53%) e entre 1991 e 1996 (6,96%), bem como o crescimento negativo da população rural no Estado nos mesmos períodos.

A maioria dos municípios do Estado, contudo, pode ser considerada de pequeno porte, com menos de 20.000 habitantes. Em 1996, somente o município de Araguaína tinha mais de 100.000 habitantes; Palmas (a capital) e Gurupi possuíam entre 50.000 e 100.000 habitantes e em apenas mais seis municípios a população situava-se entre 20.000 e 50.000 habitantes. Se estes nove municípios abrigam 40% da população estadual, os 60% restantes estão dispersos pela grande maioria dos municípios tocantinenses (93% deles), que têm população inferior a 20.000 habitantes.

Esta dispersão da população do Estado em pequenos municípios contra-indica a instalação de uma grande rede de centros de educação profissional fixos. Deve-se considerar, prioritariamente, a instalação de centros regionais de educação profissional nos municípios com população superior a 50.000 habitantes, ou seja,

em Araguaína, Palmas e Gurupi, atendendo-se as necessidades de educação profissional das demais cidades a partir de equipes móveis que contariam com o apoio da infra-estrutura local oferecida pela comunidade, como aliás já atua o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - SENAR.

Ao se planejar a oferta de educação profissional no Estado do Tocantins, devem ser consideradas ainda as particularidades de outras características socioeconômicas do Estado.

Sua economia, por exemplo, além de se basear na prestação de serviços, que foi responsável por 60,2% do PIB de Tocantins em 1998, está estreitamente vinculada ao setor agropecuário, que representou, naquele mesmo ano, nada menos do que 43,5% do PIB do Estado. Cabe destacar que a agropecuária responde pelo fornecimento das matérias-primas necessárias à agroindústria, que é a atividade industrial mais importante no Estado. A indústria do Tocantins, por sua vez, é pouco expressiva, tendo sido responsável, em 1998, por apenas 3,5% do PIB estadual.

A atividade agrícola, praticada em estrutura fundiária bastante concentrada, baseada sobretudo na cultura de grãos e na mandioca e, em menor escala, na fruticultura, é responsável pela existência de algumas poucas indústrias que beneficiam parte de sua produção agrícola no próprio Estado, como ocorre com a fabricação de suco de frutas e com o beneficiamento de óleos comestíveis, arroz, milho e outros grãos, além da madeira extraída da região. Pode-se dizer, contudo, que a agricultura do Estado de Tocantins, deixando-se de lado um pequeno setor moderno, caracteriza-se por ser predominantemente de baixo padrão tecnológico. Na atividade pecuária, a mais importante do ponto de vista econômico, destaca-se sobretudo a pecuária de corte.

Constatou-se que a atividade industrial no Estado de Tocantins é incipiente, pouco diversificada, de baixa tecnologia e desenvolvida basicamente por um número expressivo de empresas de pequeno porte, com reduzida participação na economia do Estado.

Já com relação aos serviços, expressivos em relação aos demais setores da economia, destacam-se os de eletricidade e saneamento básico, cuja participação no conjunto do setor é diferenciada pela grande quantidade de recursos que são atualmente investidos na construção de sua infra-estrutura no Estado de Tocantins, até então praticamente inexistente.

Levando-se em conta a proximidade do Estado com a região amazônica e ainda a existência de algumas Áreas de Proteção Ambiental que incluem rios piscosos, deve ser destacado o grande potencial que representa o ecoturismo. No entanto, o que se constata atualmente é uma grande carência de infra-estrutura e de planejamento para que esta atividade possa vir a ser considerada economicamente relevante.

Este quadro sugere múltiplas possibilidades de intervenção para uma instituição de educação profissional e que podem contemplar desde a modernização da atividade agropecuária, o fomento à atividade industrial até o desenvolvimento de algumas das atividades do setor de serviços, como é o caso do turismo, pelas razões citadas anteriormente.

Ao se analisar a evolução do emprego no Estado, deve ser feita a ressalva de que se está examinando a situação de uma nova unidade da federação, na qual são feitos investimentos vultosos para dotá-la de uma infra-estrutura básica mínima. Esta é a razão que justifica o grande crescimento do número de empregos na indústria da construção civil (773,2%, entre 1990 e 1997).

Por se tratar também de um Estado que ainda está organizando sua rede de prestação de serviços públicos, verifica-se a importância da participação da administração pública na estrutura de empregos: nada menos do que 50% do total de postos de trabalho do Estado são ofertados pelo poder público.

Estes dados devem ser examinados com cuidado, uma vez que revelam o comportamento do mercado de trabalho do Estado de Tocantins em um momento que pode ser considerado atípico, característico de uma circunstância muito particular de sua história e que diz respeito à sua própria criação. Tais informações, na perspectiva daqueles que planejam e administram a oferta de

educação profissional, não devem ser entendidas como tendências de longo prazo, mas sim como indicadores de uma situação muito específica e transitória e que podem subsidiar apenas as decisões de curto e médio prazos.

Finalmente, em que pese a importância da atividade agropecuária para a economia do Estado, deve-se destacar que, entre 1992 e 1999, o número de residentes rurais ocupados em atividades não-agrícolas cresceu 7,1% ao ano no período, enquanto o de ocupados em atividades agrícolas decresceu 1,0% ao ano. Assim, deve-se examinar criteriosamente tais indicadores ao se programar a oferta de educação profissional para os meios rural e urbano, pois estes podem expressar tanto demandas quantitativas distintas quanto a necessidade de, eventualmente, serem enriquecidos os currículos da educação profissional a ser oferecida no campo com componentes e programas que contemplem, dentre outras, a questão das ocupações ligadas ao comércio e aos serviços, com destaque para o turismo rural, além de novas atividades agropecuárias com potencial de desenvolvimento no Estado (fruticultura e piscicultura).

Quando analisados os dados primários que resultaram diretamente da visita dos pesquisadores da Paer às empresas industriais e de prestação de serviços do Estado de Tocantins, detectou-se a importância dada pelos empregadores a uma série de quesitos que interessam diretamente a todos aqueles que planejam e ofertam educação profissional.

Com relação à distribuição dos assalariados entre aqueles que são diretamente ligados à produção e aqueles que não são ligados à produção, nas unidades locais pesquisadas no Estado de Tocantins, constatou-se que a maior parte dos trabalhadores – 80,7% dos industriários e 70,3% daqueles alocados no setor de serviços – são vinculados à atividade principal nas unidades em que estão engajados.

Observa-se que uma parcela ainda relativamente elevada dos trabalhadores (16,5% dos contratados pelas indústrias e 20,7% dos empregados nos serviços) presta as mais diferentes formas de apoio à atividade principal das unidades pesquisadas, dentre as quais se destaca o apoio administrativo. Assim, é

relevante que as instituições de educação profissional, ao definirem as áreas para as quais vão planejar e desenvolver cursos, incluam a de gestão, uma vez que os egressos de tais cursos poderão vir a se engajar profissionalmente na prestação de apoio administrativo às empresas de qualquer um dos setores da economia mencionados anteriormente.

Na área de recursos humanos, foram pesquisados vários indicadores específicos e que são importantes no planejamento e na oferta de educação profissional. Um deles, que diz respeito ao nível de escolaridade exigido pelas empresas para a contratação de seus funcionários, é essencial para se desenhar os currículos de educação profissional, que deverão estar assentados sobre as competências desenvolvidas na educação básica, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio.

Ao se examinarem os níveis de escolaridade exigidos para contratação, dividindo-se os postos de trabalho entre os ligados à atividade principal e os administrativos, constata-se, no Estado de Tocantins, que as exigências de escolaridade para os candidatos às vagas na área administrativa, na categoria de qualificação básica, são sensivelmente superiores às requeridas dos candidatos ligados à atividade principal, nas categorias de qualificação ocupacional de semiqualeificados e qualificados. Em Tocantins, a maior parte das empresas pesquisadas (mais de 80%), tanto as industriais quanto as de prestação de serviços, exigem dos candidatos a emprego na área administrativa o ensino médio concluído, enquanto dos candidatos a emprego ligados à atividade principal, cerca de 40% das empresas industriais exigem apenas até a 4ª série do ensino fundamental e cerca de 30% daquelas de serviços requisitam o ensino fundamental.

Tal fenômeno se explica pela percepção que o próprio mercado de trabalho tem de que as competências profissionais relacionadas às atividades de apoio administrativo estão estreitamente relacionadas aos objetivos da educação básica, particularmente do ensino médio, que, não por acaso, é justamente o nível de escolaridade mais exigido dos candidatos a emprego da categoria de qualificação

ocupacional administrativo básico. Reiterando-se o que foi dito anteriormente sobre a importante participação dos trabalhadores não ligados à atividade principal no total do pessoal ocupado nas unidades pesquisadas no Estado de Tocantins, sugere-se que, ao serem programadas as ações de educação profissional para qualificar os trabalhadores que prestarão apoio administrativo, sejam ponderados criteriosamente os pré-requisitos de escolaridade definidos para os programas a serem ofertados, de maneira a adequá-los também aos pré-requisitos praticados pelo mercado de trabalho.

Outra variável investigada pela Paer diz respeito às exigências feitas pelos empregadores com relação a cursos profissionalizantes, no momento da contratação de novos funcionários.

Aqui, diferentemente do que ocorreu com relação à escolaridade, as exigências por cursos profissionalizantes variam conforme a categoria de qualificação profissional examinada.

Para qualquer um dos dois setores examinados, entre os trabalhadores semiquualificados e qualificados ligados à atividade principal, são privilegiados os cursos profissionalizantes de curta duração e os cursos de nível básico. Já para os técnicos de nível médio, na indústria, são preferidos os cursos de nível básico e, na prestação de serviços, as habilitações técnicas de nível médio, o que é um indicador das exigências de qualificação mais elevadas deste setor. Finalmente, entre os profissionais de nível superior, na indústria há uma preferência pelas habilitações técnicas de nível médio, enquanto na prestação de serviços solicitam-se mais os cursos profissionalizantes de curta duração (cursos livres).

Para os mesmos dois setores examinados, entre os trabalhadores não ligados à atividade principal, para todas as categorias de qualificação profissional examinadas (básico, que corresponde, no que diz respeito à hierarquia ocupacional, ao trabalhador semiquualificado e qualificado ligado à atividade principal), técnico de nível médio e nível superior, a preferência recai sobre os cursos profissionalizantes de curta duração (cursos livres).

Esta preferência dos empregadores pelos cursos de curta duração (cursos livres), no caso do pessoal não ligado à atividade principal, pode indicar que as instituições de educação profissional não oferecem, na modalidade nível básico, ensino profissionalizante com as características dos cursos livres de curta duração, que estão, portanto, em sintonia com as expectativas dos empregadores.

Este pode ser um indicador precioso para que as instituições de educação profissional pensem em diversificar sua oferta de ensino profissionalizante no que diz respeito não apenas a seus títulos, mas também às suas modalidades, incorporando aos cursos de educação profissional de nível básico que podem vir a oferecer a qualquer momento, sem quaisquer tipos de restrições impostas pelos órgãos normativos, os elementos que podem ser encontrados em alguns cursos profissionalizantes livres, ministrados por instituições idôneas.

A Paer investigou ainda a importância, na perspectiva dos empregadores, da participação de algumas rotinas de trabalho desenvolvidas pela maior parte dos empregados das várias categorias de qualificação ocupacional, tanto as ligadas à atividade principal quanto aquelas relacionadas ao apoio administrativo, quer na indústria, quer na prestação de serviços. Em seguida, solicitou-se que os empregadores se posicionassem com relação às mesmas atividades, agora entendidas como carências e que, na sua avaliação, comprometem o desempenho profissional da maior parte de seus empregados. As eventuais diferenças observadas entre as rotinas e as respectivas carências devem indicar o esforço de qualificação profissional a ser despendido para que o desempenho dos trabalhadores se aproxime mais das expectativas dos empregadores.

O uso de microcomputadores, como se supunha, revelou-se uma rotina disseminada nos dois setores econômicos examinados, sobretudo entre as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas. Destaca-se que a participação desta rotina é maior entre os trabalhadores não ligados à atividade principal do que entre seus colegas diretamente relacionados à atividade principal, tanto na indústria quanto na prestação de serviços. Seu uso foi considerado também uma rotina importante entre a maior parte dos técnicos de nível médio e

tem até alguma expressividade entre os trabalhadores qualificados, no caso do setor de serviços. Há que se registrar, contudo, que esta rotina está mais presente entre o pessoal ligado à atividade principal do setor de serviços do que para a mesma categoria de qualificação da indústria.

Estes dados apontam para a necessidade de se incluir a informática como componente curricular de todas as modalidades de educação profissional e não apenas nos cursos de habilitação profissional. É preciso também incluí-la nos cursos de qualificação profissional e até naqueles de educação profissional de nível básico. Finalmente, deve-se dar especial importância à participação deste componente nos currículos de educação profissional voltados à formação dos trabalhadores que oferecem suporte administrativo à atividade principal, pois foi justamente neste grupo que esta rotina se revelou mais importante.

No caso específico da indústria, as empresas pesquisadas assinalaram que a falta de conhecimento de informática, como carência, afeta mais o pessoal administrativo do que seus colegas ligados à atividade principal. Já no caso das empresas pesquisadas do setor de serviços, é interessante assinalar que, como carência, a pesquisa evidenciou que a falta de conhecimento de informática afeta mais as categorias de maior qualificação, tanto para o pessoal ligado como para aquele não ligado à atividade principal.

Este dado pode indicar, ao mesmo tempo, que as expectativas dos empregadores com relação à desenvoltura que esperam de seus empregados mais qualificados no uso de microcomputadores são maiores e que estas expectativas ainda não são adequadamente atendidas. Tal evidência sugere que cabe tanto introduzir o ensino de informática para a formação destes profissionais, quando ele ainda não for oferecido, quanto melhorá-lo, se ele já for ministrado.

A rotina que envolve o uso de língua estrangeira revelou-se relativamente pouco importante, tendo alguma expressão apenas na categoria de qualificação ocupacional que contém os profissionais de nível superior do setor de serviços, tanto do pessoal ligado à atividade principal quanto do pessoal administrativo.

Da mesma forma, a carência de noções básicas de língua estrangeira foi percebida pelos empregadores como relativamente pouco importante, embora sua incidência tenha sido maior nas categorias de qualificação ocupacional de técnicos de nível médio e de nível superior, sobretudo do setor de serviços.

Os dados relativos às rotinas de trabalho que envolvem conhecimento técnico atualizado, quando cotejados com as informações sobre carência de conhecimentos específicos da ocupação, tanto para a indústria quanto para a prestação de serviços, para o pessoal ligado e para o não ligado à atividade principal, apontam para indicadores importantes.

Afinal, parece natural que as rotinas que envolvem conhecimentos técnicos atualizados sejam tanto mais importantes quanto maior for a categoria de qualificação ocupacional examinada. Sobretudo entre os técnicos de nível médio e o pessoal de nível superior, o exame de sua contrapartida em termos de carência evidencia um descompasso entre as expectativas que os empregadores têm da força de trabalho e as reais condições que estes mesmos trabalhadores possuem de atender a tais expectativas, em todas as categorias de qualificação ocupacional, inclusive nas mais elevadas.

Tal desajustamento indica, no caso dos trabalhadores que passaram por algum tipo de qualificação profissional, que pelo menos parte das ações de educação profissional oferecidas não atendeu integralmente às necessidades dos empregadores, o que merece consideração por parte das instituições de ensino profissionalizante, que devem procurar adequar melhor sua oferta programática e o currículo de seus cursos às expectativas do setor produtivo.

O emprego de técnicas de qualidade, percebidas no Estado de Tocantins como rotinas de trabalho relativamente disseminadas e que são mais freqüentes quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional, encontra-se distribuído pelas várias categorias de qualificação ocupacional, tanto naquelas ligadas à atividade principal como nas relacionadas ao apoio administrativo, dos dois setores econômicos estudados.

O exame desta variável aponta para a necessidade de se superar, ainda no plano da capacitação profissional, uma carência de caráter mais amplo e que diz respeito à dificuldade de se aprender novas habilidades e funções, o que prejudica sobretudo os trabalhadores das categorias de qualificação ocupacional inferiores, principalmente os ligados à atividade principal das indústrias.

Além de procurar integrar este objetivo à sua proposta pedagógica, as instituições de educação profissional devem cuidar da questão concreta que envolve a incorporação de novos valores e práticas das forças produtivas aos seus programas, como é o caso da qualidade. Trata-se, assim, de dar à qualidade o tratamento de componente curricular essencial, de forma a assegurar sua presença no perfil profissional dos egressos de todos os cursos oferecidos. É importante ressaltar que o conceito de qualidade, embora tenha sido gestado na cultura do ambiente industrial, vem sendo cada vez mais utilizado em outras atividades econômicas, como é o caso dos serviços, o que justifica sua introdução em todos os programas de educação profissional, quaisquer que sejam as áreas profissionais e as modalidades contempladas.

Há ainda um grupo de rotinas cuja freqüência é bastante expressiva nos dois setores da economia estudados, tanto para os trabalhadores ligados quanto para os não ligados à atividade principal e cuja presença é tanto maior quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional examinada: redação básica e uso de matemática básica. As carências referentes a essas rotinas deveriam ser, supostamente, supridas pela educação básica, tanto no ensino fundamental como no médio.

A importância atribuída a estas duas rotinas, quando relacionadas à incidência relativamente elevada de suas respectivas carências, particularmente aquela referente à falta de capacidade de comunicação por escrito, sobretudo nas categorias de qualificação ocupacional mais baixas, aponta para deficiências na educação básica, sobretudo no ensino fundamental, que comprometem o desempenho dos trabalhadores, prejudicando inclusive sua capacidade de desenvolver novas habilidades e funções. Tais carências poderiam ser

eventualmente sanadas com programas instrumentais, focados na solução dos problemas profissionais mais freqüentes.

Há ainda um outro grupo de três rotinas de trabalho (expressão e comunicação verbais, contato com clientes e trabalho em equipe) que, embora estejam presentes em todas as categorias de qualificação ocupacional, para os trabalhadores ligados e os não ligados à atividade principal, dos dois setores econômicos examinados, incidem sobremaneira nas categorias mais elevadas e caracterizam um conjunto de competências atitudinais imprescindíveis ao bom desempenho profissional que se espera dos trabalhadores nos dias de hoje. Sabe-se que, no caso específico dos trabalhadores investidos de funções de supervisão, são particularmente importantes as competências relacionadas à expressão e comunicação verbais e ao trabalho em equipe.

Como seria de se esperar, a falta de habilidade para lidar com clientes, quando examinada para o setor de serviços, no caso específico do pessoal ligado à atividade principal, se revela bem mais expressiva do que para o setor industrial.

Tal ocorrência é natural, pois uma das características do setor de serviços é justamente a de colocar face a face o profissional prestador de serviços com seu cliente. Assim mesmo, não se deve minimizar sua importância para os demais setores de atividade, uma vez que parece estar crescendo a importância do conceito de *cliente interno* nas relações intra-institucionais.

Assim, as instituições de educação profissional devem zelar para que esta competência e as outras duas (expressão e comunicação verbais e, sobretudo, trabalho em equipe) sejam desenvolvidas no âmbito de todos os programas que oferecem, inclusive numa perspectiva instrumental, ou seja, aplicadas a situações concretas de trabalho. No caso particular das duas últimas competências citadas, seu desenvolvimento deve ser assegurado, ao longo de todo o tempo de duração dos programas, a partir de estratégias de ensino que estimulem e valorizem, enquanto métodos de aprendizagem, o uso da linguagem oral e do trabalho em grupo.

Outra variável investigada, ainda na área dos recursos humanos, diz respeito aos instrumentos empregados pelas empresas na seleção dos candidatos às vagas disponíveis.

Constatou-se, nos dois setores estudados tanto para o pessoal ligado como para o não ligado à atividade principal, a importância maior de alguns instrumentos de seleção em detrimento de outros, destacando-se a entrevista com o contratante, a análise do currículo, os testes de conhecimentos práticos e as recomendações/indicações.

A importância atribuída à entrevista como instrumento de seleção aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional incorporem a seus currículos atividades especificamente voltadas ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados às situações de entrevista, de forma a melhorar as condições de absorção dos egressos de seus cursos pelo mercado de trabalho, sobretudo dos jovens sem experiência profissional.

Com relação aos currículos, o empregador deseja apreender, no fundo, em que medida sua análise permite avaliar a compatibilidade da experiência profissional do candidato com o perfil do cargo que ele pretende ocupar. Esta exigência, que constitui uma barreira quase que intransponível para que os jovens sem experiência profissional, mesmo quando qualificados, obtenham seu primeiro emprego, aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional introduzam em seus currículos estratégias de ensino-aprendizagem que sejam percebidas pelos empresários como equivalentes a uma experiência profissional efetiva. Esta providência, além de aprimorar a formação prática dos alunos, contribui para melhorar a sua posição na disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

Deve-se destacar, ainda, a precedência dos testes de conhecimentos práticos sobre os teóricos, nos dois setores analisados, tanto para o pessoal ligado quanto para o não ligado à atividade principal. É importante assinalar que, contrariamente ao que poderia se supor, os testes práticos são privilegiados em relação aos teóricos, até mesmo para a maior parte das categorias de qualificação ocupacional

mais elevadas. Este fenômeno parece revelar que os empregadores, sem desprezar a dimensão teórica de determinado saber profissional, estão interessados em avaliar, em última instância, em que medida os conhecimentos teóricos são apropriados pelos candidatos numa perspectiva que privilegie a prática profissional, qualquer que seja ela.

A Paer investigou, ainda, no Estado de Tocantins, a natureza das relações das empresas com as instituições de educação profissional. Dentre as várias modalidades de relacionamento sugeridas (recrutamento de egressos das escolas, contratação de serviços especializados das escolas, acolhimento de alunos em estágios, oferta de estágios nas empresas aos professores das escolas, participação dos professores das escolas em projetos das empresas, desenvolvimento de treinamento de funcionários das empresas nas escolas, participação das empresas na definição dos currículos das escolas, cessão de equipamentos e insumos para uso das escolas e prestação de auxílio financeiro às escolas), destacaram-se apenas aquelas consideradas mais tradicionais, ou seja, as empresas cedendo suas instalações como campo de estágio para os alunos das escolas e recrutando profissionais entre os egressos dos cursos oferecidos pelas escolas profissionalizantes. Especificamente com relação ao treinamento de funcionários nas escolas, as instituições do sistema S e do Sebrae destacaram-se em sua articulação com as empresas.

A Paer investigou também o perfil do pessoal ocupado, por sexo, na indústria e na prestação de serviços do Estado de Tocantins.

De uma forma geral, pode-se dizer que o pessoal ocupado assalariado nas unidades locais pesquisadas é majoritariamente do sexo masculino. Embora a participação da mulher no setor de serviços seja normalmente superior àquela que lhe cabe nas indústrias, no caso do Estado de Tocantins ela é menor por conta da grande participação dos segmentos de transporte e energia elétrica, gás e água no setor. Como se sabe, estes segmentos envolvem uma série de funções normalmente desempenhadas por homens.

Quando se desagrega o pessoal ocupado assalariado, segundo trabalhadores ligados à atividade principal e os não ligados à atividade principal, para cada um dos dois setores econômicos examinados, constata-se a supremacia dos trabalhadores em detrimento das trabalhadoras. A participação das mulheres aproxima-se da dos homens apenas entre o pessoal não ligado à atividade principal do setor de serviços, em que a quantidade de trabalhadoras é praticamente igual à de trabalhadores.

Dentre os vários segmentos estudados, o único que conta com a maioria de trabalhadoras em seus quadros é o de saúde (serviços).